

Denunciar, propor, organizar

Por Walter Osswald *

Apesar de participante regular nestas singulares reuniões, que tanto têm de festa de família, onde se encontram, convivem fraternalmente e se confirmam na vocação e no entusiasmo tantas pessoas de boa fé, dedicadas ao serviço dos que mais precisam; festas de família, mas também – e não menos – locais de estudo, de séria e pertinaz busca de soluções e caminhos, espaços onde se projecta luz, se identificam os problemas e se adiantam propostas de acção. E ainda, tantas vezes, o sítio em que experimentamos o sopro suave do Espírito que confiadamente invocamos, que vivifica, consola e nos indica os caminhos certos que devemos trilhar.

Apesar de (...) deixei incompleto este proémio, ao tentar exprimir o que são, na concreta realidade do nosso dia-a-dia, estas reuniões da Pastoral de Saúde, sendo a de hoje, como há uma dezena de anos, celebrada como Congresso Nacional, o 2º, da Pastoral da Saúde.

Apesar de participante regular, sinto hoje especial emoção e algum torvelinho de afectos. A celebrar-se uma vez em cada decénio, é-me evidente que este será o último Congresso Nacional em que participarei; por outro lado, a pujante realidade da Pastoral depara, creio eu, com novos desafios e claramente necessita de descobrir originais, exigentes e comprometidas iniciativas e linhas de acção. Finalmente, uma brevíssima referência à afectividade, que espero não me tolde o sereno olhar crítico: vejo-me rodeado de gente boa, de amigos e companheiros, representados também nesta mesa. No exercício da sua suave ditadura, a Comissão Organizadora deste Congresso, através de Monsenhor Feytor Pinto, atribuiu-me o título desta singela contribuição, a que generosamente chamou conferência. Obediente, embora com dificuldades, remoí este tripé nominal durante muito tempo e acabei por preparar esta reflexão nos três tempos a que o título convida.

* Professor aposentado da Faculdade de Medicina do Porto, conselheiro do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

Denunciar. A palavra não tem bom acolhimento na sociedade em geral, que imediatamente lobriga no denunciante o delator, a sombria figura eivada de negros laivos de inveja, desprezo pelo outro e cupidez de favores, de cargos ou de bens. Todavia, os dicionários sem excepção, desde o meu tantas vezes consultado Tesouro da Língua Portuguesa, compilado pelo Frei Domingos Vieira há quase dois séculos até ao recente Dicionário da Academia, todos os léxicos, dizia eu, referem que denunciar também tem o significado de expor, demonstrar, explicar. Ora, em meu entender, a participação activa dos cristãos tem forçosamente de incluir no seu temário a denúncia, na sua dupla acepção, ou seja a de delatar, revelar o que está oculto, fazer incidir o foco da luz crua da verdade sobre o que é escuso e se refugia nas sombras; e, por outro lado, expor, demonstrar, tornar visível aquilo que é certo, positivo, animador, o que suscita entusiasmo e desperta o afã da saudável compita no bem. Naquele sentido, o denunciante não é delator, pois não acusa pessoas nem desvenda os seus erros e debilidades, mas antes concentra a sua atenção nos procedimentos, atitudes, linhas orientadoras, disposições legais que firam a dignidade da pessoa humana, e em especial da pessoa doente; ofendam os seus direitos, ignorem os seus interesses, troquem a sua identidade por um prato de lentilhas económicas. E eu pergunto-me e pergunto-vos: não haverá aqui muito a denunciar, no dia-a-dia do nosso mundo de saúde? Não apenas no panorama geral, mas também – e sobretudo – no concreto das situações que conhecemos e nos rodeiam, quando não nos sufocam. Que adianta clamar contra as listas de espera, o deficiente acolhimento, as dificuldades na continuação de cuidados, as lacunas gigantes nos cuidados paliativos, a escandalosa falta de um programa e/ou comissão de humanização, as medidas ditas economicistas, a sobrecarga de trabalho e as más condições com que se deparam os profissionais; que adianta reclamar e protestar, se não denunciarmos, na nossa esfera de acção, as consequências deletérias de tais situações nos casos concretos deste doente, daquela mulher, destoutra criança. Assim, fiéis à nossa vocação de serviço, corresponderemos ao imperativo ético da solicitude; denunciaremos, para que se corrija, para que haja justiça, para que se faça o bem.

Mas o outro sentido da denúncia é igualmente importante. Trata-se de explicar e de demonstrar e é mister que não receemos exhibir o que é correcto, positivo ou até exemplar. Permitam-me que faça aqui uma chamada à realidade da nossa actual querela sobre o aborto. Quando os que somos defensores da vida e do não à insidiosa pergunta somos tão injustamente acusados de tomar apenas o partido da negação e da proibição, é importante que se repita e se exhiba a luminosa verdade: após o anterior referendo, foram muitos os movimentos, os centros, as redes que se dispuseram a prestar apoio e real ajuda, no plano médico, psicológico, social e económico às grávidas em dificuldade; são numerosos os telefones de apoio, através dos quais se orienta e dá indicações de preciosa utilidade a quem a eles recorre; e isto a nível da paróquia, de movimento, de iniciativas privadas. São incontáveis as crianças que desta forma gozaram o seu direito a viver, em vez de verem cerceadas as suas vidas inocentes e débeis por expulsão do ventre materno. Ora bem, se isto é verdade, como é, deve ser anunciado ou denunciado, para que conste e quem queira votar em consciência possa ser informado e iluminada essa mesma consciência.

Mas isto é apenas um exemplo. Quanto há, felizmente, de bom a denunciar, de mérito próprio ou alheio: da própria existência, missão e desempenho da Pastoral da Saúde até ao espantoso trabalho do voluntariado, autêntica trave mestra da humana prestação dos hospitais; do estudo aprofundado dos temas candentes da saúde à revelação da importância da espiritualidade no encontro com o doente; da organização de comunidades paroquiais à pertinaz defesa da necessidade de implementar, profissionalizar e humanizar os cuidados paliativos de doentes de todas as idades; da apresentação crítica dos resultados alcançados em cada Hospital (incluindo os muitos que são da Igreja) ao esforço missionário na área da saúde, com projectos a decorrer em algumas das mais pobres e abandonadas regiões, tais como a maternidade de Timor e zonas desfavorecidas em Angola e Moçambique. Tudo isto deve ser denunciado, não para tolos exibicionismos ou absurdos triunfalismos, mas antes para demonstração do secular, sério e eficaz empenhamento da Igreja de todos nós no mundo da saúde; e ainda para

testemunho e compromisso de futuro envolvimento e de futuras iniciativas. Quem saberá que as 21 unidades de saúde dos Irmãos de S. João de Deus e das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus constituem uma vértebra essencial no sistema de saúde mental português e que são estas Ordens quem assegura toda a assistência psiquiátrica nas ilhas adjacentes? Às vezes parece-nos que, por má interpretação de um ditame de humildade e discrição, nos, nos esquecemos que o próprio Mestre nos ensinou que não se põe uma luz debaixo de um alqueire.

O segundo verbo da tríade que me foi imposta, ia eu a dizer, melhor será dizer proposta, é precisamente o de propor. Deixem-me, sem pedantismos, lembrar que propor não é sugerir, aventar uma hipótese, limitar-se aquele tão lusitano exercício intelectual de “pensar em”. Pensou-se em construir um edifício, ou em organizar um curso ou em criar uma associação, mas nada se fez. Até se pensou que seria interessante, etc. Mas isto não é propor. Propor é apresentar um plano, um programa, uma sugestão, um alvitre, fundamentando a sua natureza e objectivos, traçando o método a seguir, pondo em realce as vantagens da proposta, que será firme e exequível, explicando com clareza a parte de responsabilidade ou de execução que caberá a quem propõe.

Neste sentido, creio que a Pastoral de Saúde tem ainda largo caminho à sua frente. Seria interessante rever as conclusões dos Encontros Nacionais já realizados, escolher criteriosamente o que tem validade e relevo que vá para além da poeira do tempo e a partir dessa selecção propor medidas concretas e exequíveis, em que a própria Pastoral se comprometa. Parece-me que tais medidas não têm necessariamente de ter âmbito nacional, antes poderiam começar por experiências – piloto, naturalmente menos vastas, sujeitas a avaliação posterior, de modo a poder julgar-se da sua exequibilidade e vantagens, quando alargada a sua área de aplicação.

Poderá afigurar-se modesta esta estratégia, e certamente o é. Mas tomemos um exemplo: suponhamos que a Pastoral propõe à tutela a organização de equipas pluridisciplinares para visita domiciliária a doentes crónicos. É claro que não há recursos humanos e materiais para concretizar, a nível nacional e em curto espaço de tempo tão relevante iniciativa. Mas se na

zona de determinado centro de saúde existe uma paróquia com voluntariado activo e organizado, talvez já seja possível propor a implementação do projecto nessa área, tomando a Pastoral, através desses paroquianos, a responsabilidade logística do projecto e a participação pessoal dos voluntários na equipa a formar.

Finalmente, organizar. Também não é palavra que agrade muito a um povo que estima sobretudo a capacidade de improvisar, o famigerado sistema D (“desenrascanço”) e se orgulha do seu talento para, sem preparação, corresponder às exigências do momento. Claro que estamos aqui a falar de qualidades e não de defeitos, mas não podemos esquecer que, se em situações de emergência tais propriedades são fundamentais, não há lugar para elas nas tarefas do dia-a-dia, em que se requer estudo, coordenação, organização interior e exterior. Temos necessidade de mentes organizadas, de inteligências disciplinadas (claro está: auto-disciplinadas) que estudem, investiguem, reflectam, discutam as questões. Mas também devemos exigir organização, para que os esforços individuais e grupais possam dar fruto. Organização cuidadosa, que evite os sempre presentes riscos da centralização excessiva, que absorve tudo e estiola as iniciativas e responsabilidades mais periféricas, e, por outro lado, o risco da burocratização e da complexidade que, parecendo mobilizar muita gente, acaba por remeter a simples posições honoríficas, logo à inactividade, pessoas potencialmente úteis e válidas. Como se costuma dizer, um organismo vivo, como queremos que seja a pastoral da Saúde, tem de ter organização para crescer e ser útil, mas asfixia se espartilhado por organização excessiva.

Ora, o actual organigrama da Pastoral, com os seus cinco departamentos, parece ter a organização adequada, com actividades e tarefas convenientemente identificadas. Não me compete, como é óbvio, aparecer aqui como avaliador da organização, embora reconheça que uma avaliação independente seria um exercício salutar para todos nós. Nestas circunstâncias, cónscio do enorme esforço desenvolvido, do manancial de generosidade inesgotável dos colaboradores, do amor entranhado ao próximo, e particularmente ao fragilizado pela doença e pelo desânimo, que têm sido o

luminoso lema da pastoral, representaria da minha parte estultícia e arrogância ajuizar da adequação organizativa da Pastoral. Atrevo-me apenas a apontar duas áreas em que o denunciar, propor e organizar podem e devem conduzir a uma benéfica revolução no panorama da saúde. Refiro-me concretamente:

- a) às comunidades paroquiais, verdadeiras células vivas e actuates do tecido eclesial. Potenciar e incrementar a sua intervenção no acompanhamento domiciliário de doentes crónicos, operados, convalescentes, idosos, solitários, estabelecer pontes com serviços de saúde e de segurança social; comprometer os grupos de jovens neste trabalho – são pistas possíveis neste caminhar;
- b) aos hospitais da Igreja, incluindo nesta designação aqueles que não são propriedade da Igreja mas dela nasceram e dela recebem inspiração. Refiro-me especialmente às unidades de saúde das Misericórdias e das ordens Terceiras, para além das que dependem das congregações religiosas. Algumas destas instituições necessitarão de ser re-animadas, no sentido de lhes ser insuflado de novo o espírito evangélico; todas lucrarão com uma presença mais activa e marcante da Pastoral de saúde.

É tempo de terminar. Não me desculpei, no início desta conversa, pelo desalinhado das ideias e pelo descuido de forma que manifestamente assinalaram esta intervenção. Faço-o agora, esperançado na vossa benevolência e simpatia, e certo de que interpretareis estas mal alinhavadas considerações como prova do afecto, da consideração, do respeito que nutro por esta benfazeja e extraordinária Pastoral da Saúde, empenhada em defender, promover, preservar e sustentar o dom da vida.